

A. I. N° - 207944.0090/02-0
AUTUADO - O TANQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.
AUTUANTE - ARLINDO PALASSI FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 15. 08. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0291-04/02

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. AQUISIÇÃO EFETUADA POR ESTABELECIMENTO COM A INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/01/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS, no valor de R\$ 650,39, em razão da falta de antecipação tributária de mercadorias destinadas a estabelecimento de contribuinte com a inscrição cancelada.

O autuado apresentou defesa tempestiva e afirmou que a INFAZ Calçada, sob a alegação de que não possuía equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), cancelou indevidamente a sua inscrição cadastral. Explicou que, em 27 de dezembro de 2001, por meio do processo protocolizado sob o número 239074/2001-4, solicitou autorização para uso de ECF, e, ainda assim, a sua inscrição cadastral foi cancelada. Ao saber do cancelamento, protocolizou o requerimento de número 005605/2002-3, solicitando a reinclusão da sua inscrição. Afirma que as provas de suas alegações estão anexadas à defesa apresentada. Ao final, solicita a nulidade ou a improcedência da autuação.

A auditora fiscal designada para prestar a informação fiscal diz que, após pesquisa junto à INFAZ Calçada, verificou que as alegações defensivas são verdadeiras. Afirma que o contribuinte solicitou a autorização de uso de ECF em 27/12/01 (processo nº 239074/2001-4) e, em 09/01/02 (processo nº 005605/2002-3), protocolou o pedido de reinclusão no cadastro de contribuintes. Ao final, a auditora opina pela improcedência do Auto de Infração, uma vez que o autuado adotou as medidas necessárias para regularizar a sua situação cadastral.

VOTO

A razão do presente lançamento foi a falta de antecipação tributária de mercadorias destinadas a contribuinte com a inscrição cadastral cancelada. O documento de fl. 9 mostra que, na época da ação fiscal, o autuado estava com a inscrição cancelada.

O autuado alega que o cancelamento de sua inscrição cadastral foi irregular, pois solicitou em 27/12/01 a autorização para uso de ECF e, em seguida, afirma que anexou aos autos a documentação comprobatória dessa sua alegação. Por seu turno, a auditora fiscal que foi designada para prestar a informação fiscal diz que as alegações defensivas são verdadeiras. Todavia, examinando o processo, constato que nem o autuado e nem a auditora fiscal informante juntaram aos autos prova de suas alegações.

Considerando que cabia ao autuado comprovar a veracidade de suas alegações, pois não é dever do fisco buscar provas em favor do contribuinte, entendo que, com base nas peças processuais que integram o presente PAF, não está provado que o cancelamento da inscrição cadastral do autuado foi irregular. Contudo, com fulcro no princípio da busca da verdade material, consultei o Sistema de Informação da Administração Tributária (SIDAT) e, após analisar o histórico do contribuinte, constatei que o mesmo foi cancelado em 02/05/2001, permanecendo nessa situação até 23/01/2002, quando foi reincluído no Cadastro de Contribuintes do ICMS da Bahia, tudo conforme extratos do SIDAT que anexo ao presente voto e que passa a fazer parte dele.

A declaração contida na informação fiscal de que o autuado protocolou pedido de reinclusão anteriormente à lavratura do Auto de Infração não pode ser considerada em benefício do mesmo, porque tal procedimento não é, por si só, suficiente para regularizar a sua situação cadastral, pois pendente de deferimento da autoridade competente.

Em face do comentado, entendo que foi correto o procedimento do autuante e que é devido o imposto cobrado na presente autuação.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207944.0090/02-0**, lavrado contra **O TANQUE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 650,39**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 13 de agosto de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR